

**Novos comentários sobre a qualidade  
arquitectónica residencial - Melhor Habitação com  
Melhor Arquitectura XVI: A integração e a  
arquitectura do habitar**

Artigo de António Baptista Coelho

**Índice**

Introdução geral

1. Uma arquitectura do habitar bem integrada
2. Reflexão geral sobre a natureza da integração arquitectónica residencial
3. Aspectos estruturadores da integração
4. A integração da natureza no meio urbano (e vice versa)
5. A integração, como ferramenta de diversidade urbana
6. Estratégias de integração urbana e residencial e de densificação
7. A integração residencial, urbana e paisagística: um mundo de relações que é matéria-base da concepção arquitectónica
8. A integração: dos espaços públicos aos espaços edificados
  - a) Espaços públicos integrados e integradores
  - b) Vizinhanças de proximidade integradas e integradoras dos seus edifícios
  - c) Espaços edificados e/ou espaços de relação e de integração
  - d) Espaços edificados integrados e integradores
  - e) A integração nas habitações
9. Carácter e importância específica da integração
10. Notas de reflexão sobre a integração arquitectónica residencial

## Introdução geral

Nas páginas seguintes apontam-se alguns aspectos que têm sido sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitectónica residencial. Não se trata, assim, da sua respectiva e clarificada estruturação, mas apenas da sua ponderação cuidada, considerando, essencialmente, os anos de prática de análise, que já decorreram desde a sua formulação inicial, realizada num estudo do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, apresentado e discutido numa prova de doutoramento em Arquitectura que teve lugar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1995, e posteriormente editado pela Livraria do LNEC (fig. 01).

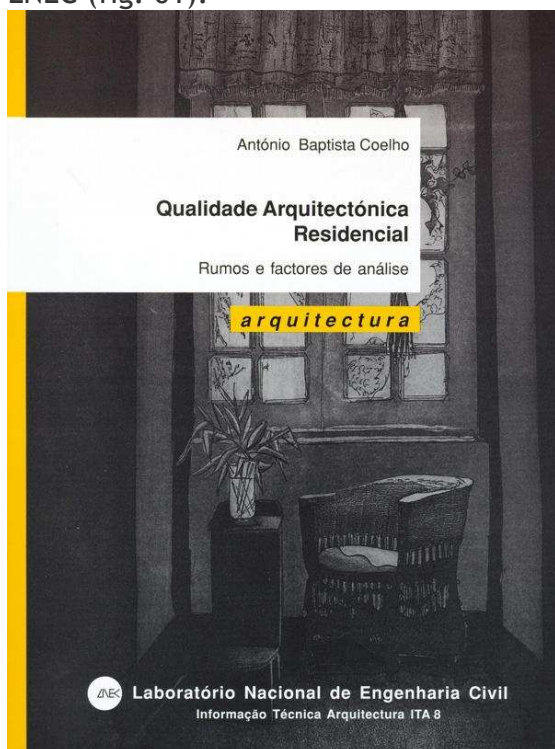


Fig. 01: capa da edição do LNEC " Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, Referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC

[http://livraria.lnec.pt/php/livro\\_ficha.php?cod\\_edicao=52319.php](http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php)

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias num estudo editado pela livraria do LNEC - intitulado "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - n.º 8 da colecção Informação Técnica Arquitectura, ITA 8 - que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em

objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat humano.

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se faz, em seguida, e que se tem feito nesta série editorial às matérias da qualidade arquitectónica residencial e urbana, corresponde ao revisitar do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma, mais pessoal, mais marcada pela prática e razoavelmente distinta, relativamente a essa primeira abordagem.

Em complemento a esta abordagem qualitativa do arquitectura residencial, o autor desenvolveu uma abordagem dos diversos níveis físicos do habitat e as suas relações mais importantes: envolvente da área residencial, vizinhança alargada, vizinhança próxima, edifício residencial, habitação e espaços e compartimentos habitacionais. Esta abordagem foi editada pela Livraria do LNEC no livro "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2 (fig. 02)

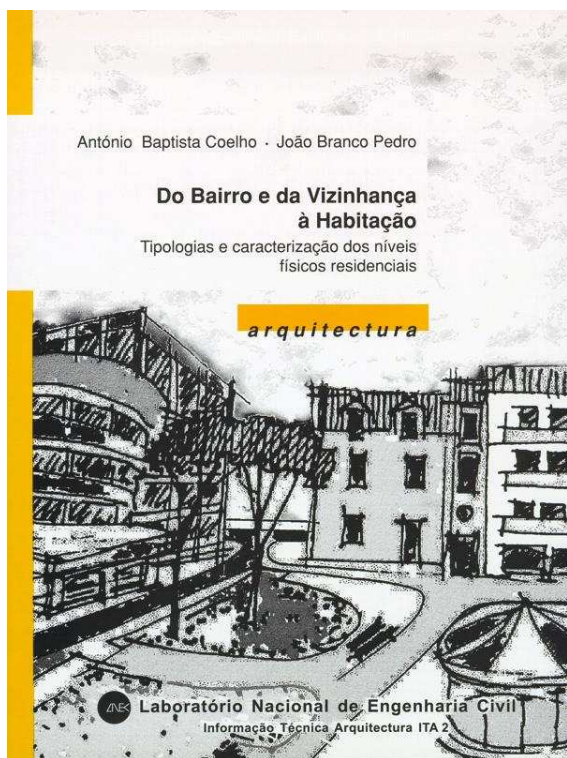


Fig. 02: capa da edição do LNEC "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC [http://livraria.lnec.pt/php/livro\\_ficha.php?cod\\_edicao=53085.php](http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=53085.php)

# Habitação e Arquitectura XVI: Uma arquitectura do habitar bem integrada

## 1. Uma arquitectura do habitar bem integrada

Com a reflexão, que se segue, dirigida para o papel da integração na qualificação arquitectónica residencial, encerra-se este estudo das várias facetas que se consideram mais significativas nessa qualificação e numa perspectiva que associa matérias consideradas mais objectivas e outras conhecidas como menos objectivas, embora aqui deva considerar-se que há várias maneiras de se poder avaliar tal objectividade.

A integração arquitectónica é, globalmente, uma das qualidades mais manejadas no âmbito da concepção de edifícios e espaços urbanos, e, é, provavelmente, aquela mais frequentemente evocada nas memórias descritivas e justificativas dos projectos de arquitectura, que são as peças mais frequentemente escritas por arquitectos; uma condição que, embora atribua, directamente, à integração arquitectónica residencial, uma importância inequívoca no processo de projecto, não corresponderá a uma expressiva, provada e sistemática preocupação dos projectistas na harmonização e no bom diálogo entre as suas intervenções e os respectivos quadros urbanos e paisagísticos; caso contrário não teríamos, como infelizmente temos, actualmente, tantas das nossas paisagens urbanas e naturais destruídas ou muito danificadas; feridas por anomalias mais ou menos complexas/difíceis de recuperar, mais ou menos extensas e mais ou menos críticas.

Nestas matérias lembra-se Robert Venturi, autor do bem conhecida “complexidade e contradição/ambiguidade em arquitectura”, quando ele defende que *«... o arquitecto é responsável pela paisagem, que pode embelezar subtilmente ou estropiar, porque a nossa visão abarca os conjuntos, sendo essa a causa de que a introdução de qualquer novo edifício transforma o carácter dos restantes elementos da cena.»* (1)

E, de certa forma, complementarmente, Marguerite Yourcenar escreve, nas suas “Memórias de Adriano”, que *«... construir é colaborar com a terra; é pôr numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre; é contribuir também para essa lenta transformação que é a vida das cidades. Quantos cuidados para encontrar a situação exacta de uma ponte ou de uma fonte, para dar a uma estrada na montanha a curva ao mesmo tempo mais económica e mais*

*pura...»(2)*

Trata-se de uma excelente e sintética definição de integração arquitectónica, que, quando referida ao habitar, tem a ver com o bom diálogo das soluções residenciais com os respectivos espaços urbanos e naturais de acolhimento - um diálogo de que deve resultar um efeito final que favoreça o sítio e a sua envolvente. Mas a integração, no sentido de algo “íntegro”, refere-se também ao desenvolvimento de conjuntos residenciais completos em todos os seus elementos desejáveis, visual e funcionalmente coerentes, expressando uma unidade natural e positivamente caracterizadora.

E, por vezes, o projecto “não é mais” que um elemento de valorização da união de condições naturais e urbanas preexistentes, o que é, provavelmente, extraordinário, e que fica claro nas palavras de Gonçalo Ribeiro Telles sobre o jardim que fez para Sophia de Mello Breyner Andresen. Diz Ribeiro Telles (2004): *«Quando procurei inventar um jardim para a Sophia, deparei com um lugar onde a força telúrica das colinas e do estuário e a beleza da paisagem se interligavam de tal maneira que o Jardim não é mais do que o elo, no sítio próprio, onde se consubstancia tal aliança.»* (3)

Será, à partida, esta perspectiva de integração, “passiva” no bom sentido deste termo, que devemos procurar quando intervimos para introduzir nova habitação ou para melhorar condições habitacionais preexistentes, uma perspectiva que não afasta, no entanto, acções efectivas e marcantes em termos construtivos.

Uma boa integração própria e no sítio de implantação é um aspecto básico da qualidade arquitectónica de um dado conjunto residencial, constituindo-se num importante atributo que ultrapassa o âmbito de uma qualidade “de aspecto” pois tem e terá, sempre, entre outras, fundamentais implicações funcionais, espaciais, de durabilidade, de acessibilidade e de agradabilidade ou conforto; e só assim a integração se torna matéria “redonda”, em termos de uma composição íntegra e bem integrada.

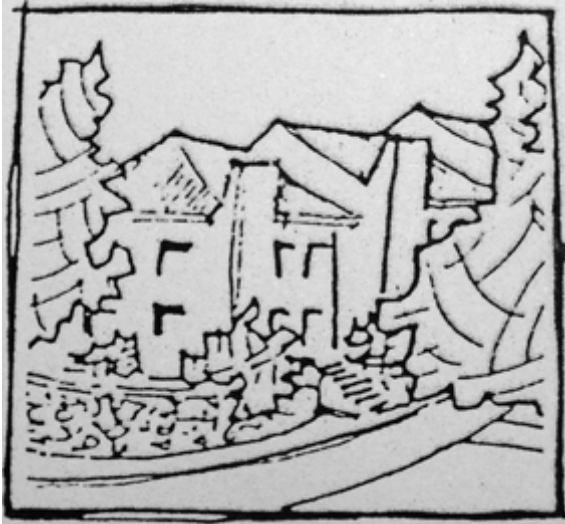


Fig. 03

## 2. Reflexão geral sobre a natureza da integração arquitectónica residencial

A integração arquitectónica e residencial tem, assim, a ver com a condição de um dado espaço e/ou elemento do habitar estar total e adequadamente composto, integrado por todos os necessários e habituais elementos e relações que constituem a respectiva totalidade; isto é: o seu contexto habitualmente considerado como completo e adequado.

Mas a adequada reunião num todo composto e completo tem de ser mais do que a simples e maquinal adição das suas partes constituintes, pois é este “motivo” da integração um dos mais importantes temas de caracterização de uma intervenção arquitectónica e urbana; e sendo-o, claramente se prova que não se pode esgotar numa simples listagem, ainda que exaustiva e cuidadosa, tem que haver mais capacidade ou potencial de integração para além dos óbvios aspectos de adequação física/paisagística e sociocultural, ou então estes aspectos obrigam a um desenvolvimento muito sensível e complexo, o que acaba por ser um pouco a mesma coisa.

Tudo isto se liga à ideia de que estar integrado é fazer parte de uma totalidade que é reunião de um grupo de elementos, cada qual, por si só, significativa, mas que também retira significado e função do seu papel na constituição e no funcionamento do todo; mas estar integrado, pensando-se já aqui no habitar e no espaço urbano, para além de querer dizer harmonização no conjunto de que se faz parte, também significa cooperação activa no estabelecimento e no posterior desenvolvimento de um dado contexto o mais possível equilibrado em termos formais e funcionais.

E sublinha-se que todos os elementos de uma dada unidade contribuem para a conclusão e harmonização ambiental e funcional desse todo, embora existam elementos "chave" fundamentais para esse equilíbrio, alguns deles até convenientemente evidenciados, e outros que, embora também fundamentais para a constituição e estabilidade da totalidade, têm reduzida expressão ou são, até, praticamente "invisíveis".

Nesta perspectiva de imaterialidade da integração, Gonçalo Byrne (4) salientou que *«não deixa de ser o negativo o grande integrador, o meio que não existindo/existindo é o sítio das relações de integração e separação. A arquitectura nos últimos vinte ou trinta anos encerrou-se demasiado na noção do objecto, aproximou-se muito do sentido do design objectual, mas ela é também o espaço de relação entre os objectos; é o artifício, o projecto do vazio.»*

E logo de seguida Byrne referiu que: *«As nossas escolas de arquitectura continuam quase a não falar de paisagem, os arquitectos ficam sem perceber o que é, na cidade contemporânea, a paisagem em termos de arquitectura, e não de natureza... »*; e que *«O primeiro acto da arquitectura da paisagem é modelar o terreno ou entendê-lo como um acto modelado. Esta noção da paisagem é fundamental, e o novo planeamento, para além de todas as noções de fluxos, de tráfegos, de infraestruturas de transportes, de serviços, de fixação de actividades, deveria incorporar a noção de paisagem ao nível dos grandes planos estratégicos e dos projectos.»*

Será talvez esta a principal fundação da ideia de integração arquitectónica urbana e residencial, a possibilidade de se contribuir para uma boa paisagem, enquanto talvez o principal objectivo possa ser a melhoria do quadro preexistente das intervenções e neste quadro qualificar, positivamente, cada intervenção, caracterizando-a em termos de um seu conteúdo funcional e formal que dignifique os seus habitantes e também os seus sítios de implantação, numa perspectiva sintetizada, por exemplo, pelo arquitecto norte-americano Paul Rudolph, quando se referiu a um conjunto de apartamentos cuja imagem evocava uma aldeia adossada a uma colina: *«... espero que estas unidades pareçam casas no céu, e não caixotes num armário;»* (5) e a integração é a grande responsável por esta, tantas vezes, subtil diferença de resultados, entre casas e caixotes.

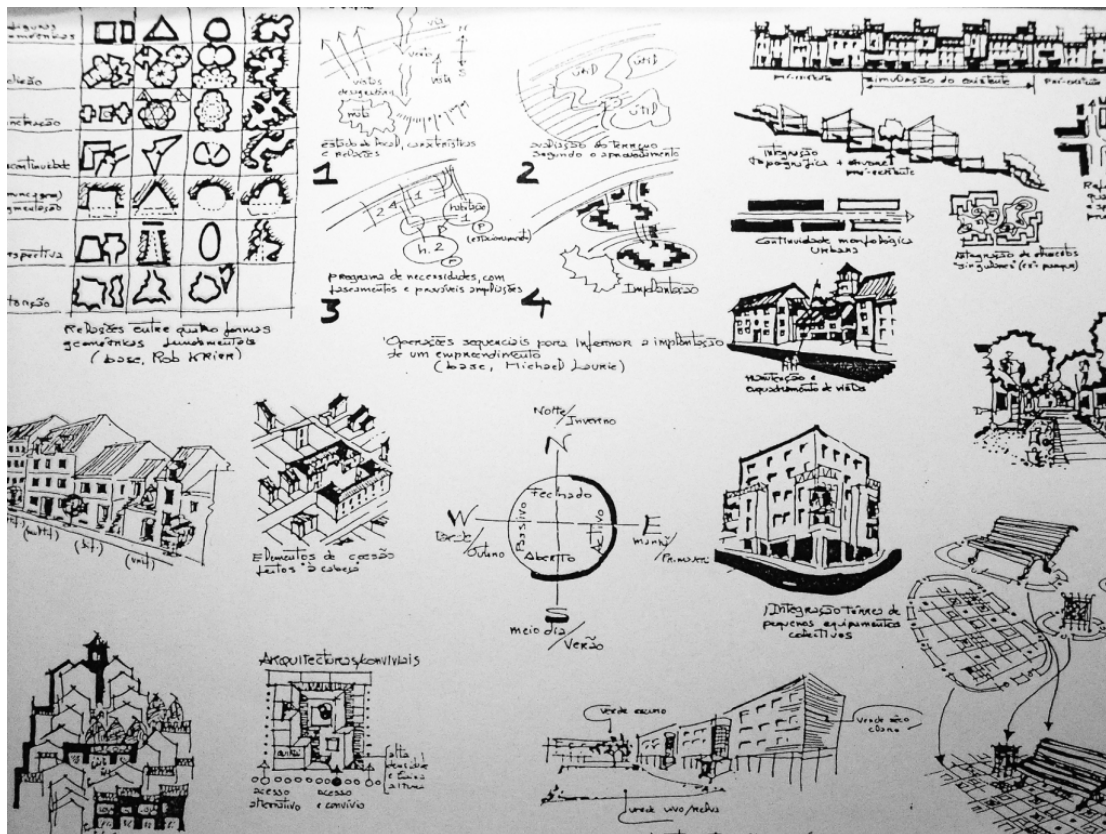


Fig. 04

### 3. Aspectos estruturadores da integração

Sobre a boa implantação, a tal feita, de certa forma, invisivelmente “no vazio” e mediante ferramentas, em boa parte, imateriais há aspectos que podem ser considerados “leis” fundamentais e entre estes salienta-se uma pormenorizada afirmação do paisagista Michael Laurie, que aponta que «... a planificação da obra pode ser entendida como o compromisso entre a adaptação do sítio para acolher o programa e a adaptação deste mesmo programa em função do sítio, podendo-se considerar um e outro como dois sistemas de forças: um o sítio de implantação, que luta por se expressar por si próprio e manifestar a sua singularidade; e o outro, o programa de necessidades, que também se caracteriza por um processo genérico que tende para a sua própria conformação... O sítio de implantação e o programa devem combinar-se e manipular-se de tal forma que produzam atributos/qualidades que separadamente não proporcionariam.» (6)

A integração, numa perspectiva arquitectónica urbana e residencial apresenta quatro grandes facetas fundamentais e relativamente distintas, embora necessariamente conjugadas:

Uma integração de âmbito global: desenvolvida através de cuidadosas relações



entre formas e elementos fundamentais e mediante processos de relacionamento mútuo, que sejam viáveis em termos formais e de uso.

Uma integração local, física e paisagística, que decorre de: uma adequada estruturação e organização; de relações directas e sistemáticas com as condições de conforto ambiental que são induzidas, pela respectiva solução, nos seus edifícios e espaços exteriores; do respeito e utilização das preexistências físicas e de vistas; e da consideração efectiva de condições que propiciem a continuidade e a evolução urbana

Uma integração urbana que respeite e favoreça, sistematicamente, a continuidade urbana activa, designadamente, em termos de uma continuidade de preenchimento e de um sistemático combate a rupturas e a barreiras, melhorando-se as sequências urbanas.

Uma integração social (gémea da continuidade urbana): respeitar heterogeneidade; e uma estratégia de mistura social em certos níveis físicos e/ou em espaços de limiar e de transição, conjugada com a relativa homogeneidade sociocultural noutros níveis.

Na presente reflexão dedicamo-nos, essencialmente, aos aspectos mais “físicos” ou sociais, mas com expressivas relações físicas, da integração arquitectónica e residencial. E, neste sentido, e embora a matéria tenha sido já atrás abordada em termos dos potenciais que o habitar deve oferecer, designadamente, em termos de convivialidade e de apropriação, cabe aqui salientar que num estudo de Robert Stern, sobre a arquitectura norte-americana, se aponta que «... o agrupamento de grandes números de famílias empobrecidas exacerba os problemas sociais e reduz as oportunidades das verdadeiras soluções positivas e de futuro, agora sabemos que proporcionar habitações seguras, sólidas e higiénicas não é suficiente».(7)

Há, portanto, aqui, aspectos de integração social e sociocultural, com claras ligações físicas, que abarcam:

(i) desde “simples” matérias associadas, designadamente, à introdução, em cada local, de números equilibrados (portanto, não excessivos) de pessoas e famílias com o mesmo tipo de carências, procurando-se, assim, replicar, na medida do possível, condições urbanas e sociais idênticas às que se encontram nas

povoações estabilizadas - e m que pessoas com diferentes meios habitam, frequentemente, lado a lado, não havendo uma relação directa e evidenciada entre a imagem da habitação e a pertença social (pelo menos nos grupos sociais intermédios e menos favorecidos);

(ii) até matérias mais complexas e sensíveis que têm a ver com as afinidades e com as rejeições entre certos modos de viver e certas soluções físicas de habitar (habitação, edifício e vizinhança); uma matéria que desde há muito que faz correr tinta, pois há quem defenda relações directas entre essas matérias, e quem as negue com alguma radicalidade; e sobre este assunto dá vontade de lembrar aquele tipo de comentário de Galileu (sobre a Terra) e que sublinha que “no entanto ela move-se”, aqui referido, evidentemente, à influência directa que certas más soluções de habitar (mal integradas e mal desenhadas) têm em usos menos bons dos seus habitantes, assim como, e pelo contrário, a excelente influência que tem, nos próprios percursos pessoais e familiares dos habitantes, uma boa solução urbana, bem integrada, socialmente integrada e integradora de certos hábitos e gostos de habitar (assim como tendencialmente dificultadora de outros hábitos, socialmente negativos, designadamente, em termos de uma convivência mais ampla e multicultural).

E, naturalmente, que estes últimos aspectos não negam a importância clara de uma adequada gestão local, de proximidade e também integradora de vários aspectos sociais (habitação, assistência, etc.), que tem de encontrar na solução física uma base eficaz de aplicação.



Fig. 05

#### **4. A integração da natureza no meio urbano ( e vice versa)**

Nestas matérias da integração sobressai, naturalmente, a conjugação entre “cidade”/espaço urbano e natureza, sendo que, por se considerar o perfil relativamente circunscrito deste estudo, dirigido para o enquadramento de conjuntos urbanos e habitacionais, nos interessará, aqui, mais, a questão da integração do verde no meio urbano e as suas diversas e importantes virtualidades; a relação urbano-rural, numa perspectiva mais ampla e abrangente, terá de ficar para outros desenvolvimentos.

Sobre o verde urbano importa ter presente que ele ajuda a uniformizar alguns aspectos de uma paisagem comum, concretizando envolventes acolhedoras e representativas da diversidade da natureza e do próprio mundo. Para além deste aspecto suavizador e humanizador o verde urbano também é habitualmente associado ao lazer, situação/solução que é também muito útil na suavização dos múltiplos aspectos menos humanos da sociedade actual.

Provavelmente a identidade fortíssima que caracteriza cada elemento natural como único (presença marcante de uma natureza rica e sempre diferente e renovada) e, paralelamente, o agradável contraste entre esse elemento natural, ali humanizado, e a racionalidade da edificação citadina (fila de árvores ao longo das ruas, trepadeira sobre muro, vasos de plantas em janelas, etc.), produzem efeitos finais que muito contribuem para dar sentido e carácter aos lugares, verdadeiramente humanizando-os, ao mesmo tempo que se contribui para condições de estímulo e surpresa nos percursos e na paisagem urbana.

E nestas matérias ligadas a um cuidado acentuar de percepções e de sentimentos em espaços, frequentemente, pouco extensos, ganha relevo o conhecimento aprofundado, por exemplo, do “jardim paisagista inglês”, um conceito desenvolvido no início do século XVIII, que reinventou a nostalgia do paraíso perdido, concentrando e “miniaturizando” muitas das principais visões da natureza, tais como colinas, ribeiros, prados, pequenos bosques, clareiras e florestas, criando-se, tal como é indicado por Adrian Buttlar (1993) (8), visões pitorescas e poéticas de uma natureza que se pode percorrer, “logo ali”, com relativa facilidade e muito agrado. E nesta matéria do agrado que se tem com uma natureza positivamente “encenada e concentrada”, basta lembrarmos os fortes sentimentos que dirigimos, por exemplo, para certos jardins citadinos, verdadeiros palcos de quadros de natureza, como é o caso, por exemplo, dos jardins Gulbenkian e Garcia da Horta, em Lisboa e do Jardim de Serralves, no

Porto.

O verde urbano é de difícil desenvolvimento (poluição, manutenção, vandalismo), mas é muito importante pois proporciona múltiplos aspectos de conforto/bem-estar, saúde e agradabilidade cultural: humidade/frescura, sombreamento eficaz, oxigénio, absorção/retenção do pó e da poluição atmosférica, amortecimento da poluição acústica e mesmo, há que dizê-lo, camuflagem da infelizmente, também, muito frequente poluição visual, e, finalmente, de apoio à formação das crianças e de agrado físico, psicológico e cultural pela possibilidade e facilidade do contacto com o meio natural.

E o verde urbano é inventivo, seja nas suas formas mais correntes (ex. caldeiras multifuncionais para árvores e sebes vivas amenizadoras do ruído), seja em “novas” soluções de grelhagens para trepadeiras, coberturas de solo, jardinetas e floreiras marcando o edificado, pérgulas de cobertura de espaços pedonais e estacionamento, ruas (re)alinhadas por árvores e arbustos, separação de domínios de privacidade, unificação de arquitecturas por árvores e arbustos, fachadas preenchidas por trepadeiras, varandas e terraços “verdes”, etc. - e nesta matéria importa salientar que uma árvore adulta e com uma dimensão significativa pode fazer quase tanto para a melhoria microclimática urbana como cerca de 1 ha de relva; e é bastante mais fácil e económico plantar uma árvore, sendo também muito mais compatível com as diversas linguagens arquitectónicas este tipo de integração.

Neste sentido poderemos avançar com medidas que dinamizem a introdução do verde urbano, por exemplo, tal como defende Carlos Balsas (9), pela «... aplicação de «bónus» urbanísticos nas taxas de edificação para projectos que aumentem a área verde e a área permeável na cidade (nas mais variadas formas, desde que viáveis, ex. pavimentos não estanques, árvores de arruamento com dimensão inicial adequada e bem protegidas, «varandas verdes» etc.), uma maneira simples e eficaz de aumentar a qualidade de vida e a humanização em determinados espaços urbanos e habitados.» E esta perspectiva faz sublinhar a grande importância que tem e terá a dinamização da integração do verde urbano, sob as mais variadas formas, na cidade existentes e nas novas intervenções residenciais; uma importância que será ainda potenciada caso estas medidas sejam associadas às iniciativas de retenção/fixação do carbono - configurando-se, assim, uma matéria específica que poderá merecer desenvolvimento posterior.

## 5. A integração, como ferramenta de diversidade urbana

Hoje em dia, neste século das cidades, o coração da solução para um espaço urbano vivo e rico é que a cidade tem de se poder regenerar através da estratégica, afirmada e muito cuidada integração de espaços de habitar, que incluam habitação e "espaços de habitar complementares" conviviais e de transição/coesão, que são tanto residenciais como urbanos, uma integração que, por sua vez, depende em grande parte de uma apurada capacidade de pormenorização, desenhando-se plenamente cada sítio, pois, como defendem Moore, Allen e Lyndon (10), «... *nos lugares habitados por pessoas todos os espaços têm que evidenciar pertencerem a alguém ou a algo; e o espaço tem de parecer habitado, como se pertencesse ou pudesse ser reclamado por grupos particulares de pessoas, ou resultar compreensível como parte de uma ordem coerente mais ampla, como a paisagem natural ou o tecido tradicional de uma cidade, ou um sistema totalmente novo de espaços urbanos.*»

Outro autor a considerar, nestas matérias, é Tony Hiss (11), que se dedica ao aprofundamento da questão de como as cidades e os subúrbios podem ser conformados para serem verdadeiramente adequados para serem habitados com satisfação e em plenitude; aspecto fundamental, naturalmente, pois como defende Hiss «... *os lugares que habitamos afectam as pessoas que somos e que podemos vir a ser...*» e a «... *relação que estabelecemos com os sítios que conhecemos é uma relação íntima, uma espécie de continuidade com o que somos e pensamos ...*», e assim , conclui, que «... *o desenvolvimento urbano anárquico pode destruir tanto as nossas vidas quanto tem destruído as cidades e o mundo rural.*» Conclusão esta extremamente significativa e que todos sentimos “na pele” ao visitarmos paisagens outrora belas e hoje destruídas.

A ideia básica de Hiss é que qualquer intervenção urbana e habitacional deve ser pensada de modo a reforçar o nosso desenvolvimento em plenitude como pessoas com diversas necessidades e perspectivas, mas também de modo a proteger o respectivo ambiente natural. E seria interessante aprofundar esta perspectiva considerando, por exemplo, a satisfação residencial, num intervalo temporal já significativo, de habitantes em soluções marcadas por uma assinalável integração paisagística, em paralelo com soluções claramente pouco qualificadas, a esse nível, em termos arquitectónicos.

A cuidada diversificação e reinvenção de espaços citadinos aparece assim como uma tendência actual e com perspectivas de tendencial reforço, em novas

misturas citadinas e habitadas, que sejam compatíveis com a nova sociedade da informação e com as novas comunidades citadinas e de vizinhança, e que sejam benéficas para quem as habita e para quem delas seja vizinho.



Fig. 06

## **6. Estratégias de integração urbana e residencial e de densificação**

A questão da existência de estratégias de integração urbana e residencial pode ser considerada numa perspectiva que evidencie que tais perspectivas de actuação serão, potencial e praticamente, tão numerosas como os respectivos contextos de integração. No entanto, encontramos, por vezes, testemunhos de projectistas muito qualificados e experientes, que são muito úteis pois salientam e sistematizam alguns dos aspectos fundamentais e/ou de primeira linha a serem tidos em conta na introdução positiva de um novo conjunto habitacional num dado quadro urbano e paisagístico e nas acções de reabilitação ou de regeneração de conjuntos preexistentes.

Foi o caso de uma sabedora síntese do Arq.º Donlyn Lyndon, que sublinha que uma boa solução local de arquitectura e imagem urbanas deve caracterizar-se,

designadamente, pelos seguintes aspectos formais e funcionais (12), que aqui se referem e muito brevemente se comentam, salientando-se, desde já, que embora de aplicação genérica estes elementos visaram especificamente uma intervenção com importante conteúdo residencial:

A intervenção deve caracterizar-se por uma modéstia apropriada às respectivas dimensões e ao local do projecto; esta noção de modéstia é interessante e subtil, pois sublinha também matérias associáveis à dimensão social da intervenção e às suas opções formais.

A intervenção deve respeitar a vizinhança circundante; uma afirmação que é óbvia, mas que convém registar e assumir como regra de base, podendo-se, mesmo, juntar que a intervenção deve servir a vizinhança circundante, em termos sociais e funcionais.

A intervenção deve oferecer benefícios reais aos seus potenciais utentes, mais do que proporcionar uma polémica satisfação visual; nestas matérias podemos-nos centra apenas na primeira parte da afirmação e referir que, naturalmente, há que servir o melhor possível quem habita os fogos e as vizinhanças, e neste bom serviço há aspectos objectivos e outros julgados menos objectivos, mas que terão grande importância na satisfação dos habitantes - e assim se conclui pela importância da retroacção no projecto e na análise do habitar, num círculo virtuoso com sentido de constante melhoria nessa satisfação.

Aplicação de métodos construtivos simples, no sentido da garantia de uma excelente realização da obra, contribuindo para a dignificação pessoal dos seus utentes.

Constituir uma conscienciosa solução de aproveitamento das possibilidades existentes e não uma simplista repetição de elementos.

Corresponder a um claro ordenamento de edifícios e espaços urbanos - « ... *um ordenamento urbano legível* ...», neste caso nas palavras de Gérard Bauer (13) -, articulando positivamente (não sobrepondo) esse ordenamento com outros aspectos essenciais, como os da aparência e legibilidade públicas.

Na caracterização que acabou de ser desenvolvida há já uma referência destacada à importância do aspecto ou da aparência pública, mas esta

importância e a sua extrema sensibilidade exige uma atenção redobrada, pois ela joga-se, em grande parte, nos fundamentais espaços de transição urbana que são as fachadas e as vizinhanças de proximidades, afinal, uns e outros sítios estratégicos da arquitectura, espaços muitos ricos, pois são, simultaneamente, de separação e de ligação, de diferenciação e de transição.

E para se avançar desta forma não podemos ser excessivamente optimistas e confiar inteiramente na boa vontade, na racionalidade, na ponderação, na sensatez e na imparcialidade dos agentes envolvidos nas decisões sobre essas temáticas. Afinal e tal como é defendido por Bernard Aubert, e Martine Caillaud (2003) (14), é hoje prioritário o desenvolvimento e a aplicação de esquemas de coerência territoriais baseados no desenvolvimento de projectos urbanos que privilegiam a reestruturação do existente relativamente ao consumo de novos espaços; o tal “construir no construído”, de uma forma humanizada e culturalmente consistente, tão bem apontado por Francisco Gracia na sua excelente obra de 1992, “Construir en lo construido - la arquitectura como modificación.”

Uma outra linha de integração urbana e habitacional pode casar-se com a perspectiva da densificação estratégica, pois não tenhamos dúvidas de que uma afirmada integração urbana, é um caminho que tem de se basear numa cuidadosa pormenorização da obra nova ou de reabilitação e dos seus múltiplos diálogos, mais globais ou mais micro, com os elementos da respectiva envolvente; e quando se desenvolve um tal diálogo fino e diversificado, o espaço tem tendência a “crescer” e a enriquecer-se de pontos de vista e de potencialidades, por vezes, inesperadas, num sentido de concepção que pode, frequentemente, ganhar densidade com alguma naturalidade.

E podemos olhar no sentido inverso e afirmar que as soluções expressivamente densificadas - as tais que podem insuflar vida urbana, estrategicamente, em sítios-chave da cidade (chaves de posições e de relações múltiplas) - exigem um “grão” e uma qualidade de integração claramente melhorados, relativamente a situações de densidade corrente, jogando-se o êxito destas intervenções nos seus múltiplos pormenores que garantam adequadas e múltiplas condições de vida diária aos novos habitantes e aos vizinhos preexistentes, tendo-se em conta e melhorando-se, sempre que possível, aspectos de conforto ambiental, privacidade e sociabilidade, funcionalidade, apropriação e capacidade de atracção/caracterização do sítio de intervenção e da sua envolvente urbana e



paisagística.

Não seria talvez necessário registar, mas fazemo-lo de qualquer modo, que esta via da conjugação entre densidade urbana e boa capacidade de integração das respectivas soluções arquitectónicas, é algo que exige uma excelente capacidade de projecto, caso contrário os riscos são muito graves para os moradores e para a imagem urbana local e da respectiva cidade; não parecem ser, portanto, áreas para “aprendizes de feiticeiros”.

O caminho da densificação do habitar é, assim, também um caminho de integração cuidadosa, de urbanidade, de excelente diversificação e, atenção, também o pode ser de intimidade e de apropriação (15), uma intimidade urbana que associe proximidade e demarcação territorial muito pormenorizadas, e que exige uma concepção arquitectónica altamente qualificada. E sobre estas matérias teríamos de aprofundar mais as matérias ligadas à densidade, que foram, durante muito tempo associadas (e bem) às questões do habitar insalubre, mas que hoje em dia podem ter linhas muito positivas de desenvolvimento, associadas, designadamente, à revitalização urbana estratégica a mesmo ao aprofundamento da humanização do habitar; e sobre estas matérias fiquemos com uma afirmação de Francesc Permiguel, que nos diz que o nível de densidade adequado é aquele que torna economicamente viáveis os serviços públicos, que estabelece relações sociais adequadas e que permite a independência e o isolamento desejáveis. (16)



Fig. 07

## **7. A integração residencial, urbana e paisagística: um mundo de relações que é matéria-base da concepção arquitectónica**

A preocupação de integração de uma dada intervenção arquitectónica visa respeitar e, eventualmente, reflectir a identidade/carácter do respectivo local de implantação e, por vezes, participar, de forma positiva, nessa identidade e caracterização.

Pode/deve visar-se, assim, um espírito do lugar específico, bem humanizado, em harmonia com o sítio e ao serviço da comunidade. E temos praticamente tudo o devemos ter pois, desta forma, e através da (re)descoberta do espírito de cada lugar os seus habitantes muito ganharão em sentido de pertença e de responsabilidade e em sentido de lugar habitado, equilibradamente, privado e gregário.

Afinal, vale sempre bem a pena ter presente que, tal como defende Christian Norberg-Schulz no prefácio ao seu “Meaning in Western Architecture: (17)

*«A arquitectura é um fenómeno concreto. Ela abarca paisagens e ocupações humanas, edifícios e conjugações caracterizadas. Portanto, uma realidade viva. Desde tempos remotos a arquitectura tem ajudado o homem a dar sentido e significado à sua existência. Com a ajuda da arquitectura ele conseguiu marcar uma posição no espaço e no tempo.*

*A arquitectura preocupa-se portanto com algo mais do que necessidades práticas e economia. Ela refere-se a conteúdos e significados existenciais.*

*Os conteúdos e significados existenciais resultam de fenómenos naturais, humanos e espirituais, e são experimentados como ordem e carácter. A arquitectura traduz estes significados através de formas espaciais.*

*As formas espaciais em arquitectura não são nem Euclidianas nem Einsteinianas. Em arquitectura as formas espaciais significam lugar, caminho e domínio, isto é, a estrutura concreta do ambiente humano.*

*Por isso a arquitectura não pode ser satisfatoriamente descrita através de conceitos geométricos e semiológicos. A arquitectura deveria ser entendida em termos de formas significantes. E como tal fazendo parte da história dos significados existenciais.*

*Hoje em dia o homem sente uma necessidade urgente de reconquistar a arquitectura como um fenómeno concreto...»*

Numa relativa antítese da arquitectura do estrelato e numa perspectiva que encontra importantes autores como seus intransigentes defensores, a integração arquitectónica e designadamente a integração física, formal e paisagística é um conceito que tem estado, nos últimos anos, na primeira linha dos novos/renovados conceitos defendidos em arquitectura. Quando Yves Lyon (18) fala da arquitectura da cidade e dos territórios, e quando fala da atenção à vida e às suas exigências, e quando tantos outros falam da importância que devemos dirigir a essa vida dos homens e das cidades e ao respeito e “respirar/potenciar” dessas paisagens, provavelmente estamos todos a falar de integração num sentido lato, mas também especificamente da integração física.

Defende-se, assim, tal como defende Yves Lyon, «... *uma nova actividade de arquitecto feita da atenção para com os lugares*” e que privilegie “*não mais a criação de objectos isolados, mas sim a integração, a conjugação e o desenvolvimento de ligações entre sítios, entre pessoas e entre exigências e necessidades frequentemente antagonistas entre si.*»



Fig. 08

## 8. A integração: dos espaços públicos aos espaços edificados

### a) Espaços públicos integrados e integradores

Relativamente à integração nos espaços públicos colocam-se várias questões. Integração de quê? Quais os elementos fundamentais a integrar? Quais os conjuntos de exigências habitacionais a privilegiar nessa integração? Compondo-se, desejavelmente, que tipologias de vizinhança? Sendo este um aspecto que se considera ser de grande importância. Associando que tipologias edificadas preferenciais?

Estas e outras perguntas aguardam um necessário aprofundamento referido ao que ainda constitui um certo “quebra-cabeças”/”puzzle” no âmbito da estruturação de uma adequada constituição de espaços públicos urbanos residenciais, que não sejam nem “excessivos”, nem insuficientes; e aqui há que considerar uma perspectiva de tipologia integrada, associando, intimamente, edifícios e espaços “vazios” (massa edificada e ausência desta massa), num jogo de agregações que tudo tem a ver com a criação de vizinhanças.

Um outro aspecto fundamental a ter em conta na temática da integração arquitectónica ao nível dos espaços públicos é que, quando falamos de espaços públicos, temos de falar e de voltar a falar, cada vez mais, de ruas, e quando falamos de espaços público integradores (de cenários e actividades) e bem integrados na continuidade urbana e na desejável coesão de aglomerados de vizinhanças e de dispositivos de relação e de transição, então as virtudes da rua ainda ficam mais evidentes.

Sobre este assunto fiquemos com Jaime Lerner, quando este autarca e arquitecto nos diz que: “Até agora não se inventou nada melhor do que uma rua tradicional, que é a síntese de uma cidade onde todas as funções estão juntas: moradia, trabalho, lazer... Habitar a cidade e/ou a paisagem como forma última de habitar o mundo e de nos habitar, encontrando-nos e encontrando os sítios que, por serem verdadeiramente os nossos sítios, nos dão uma força e uma inspiração excelentes e fazê-lo individualmente, mas também em grupo, e com coesão; de certa forma através de um espaço em que cada um pode encontrar o seu mundo e também um mundo de muitos, que não é intruso do mundo individual, mas que, em vez disso, o enriquece. Costumo dizer que a cidade é o refúgio da solidariedade, é a nossa garantia e salvaguarda. Se cuidarmos bem das nossas cidades vamos ter uma salvaguarda boa. Como já aconteceu com o

movimento a favor do ambiente, que começou em 1972 e fez mudar o mundo, eu diria que este é o momento da cidade.” (19)

E não tenhamos dúvidas de que o êxito ou o fracasso de novas intervenções e de acções de regeneração urbanas e residenciais, depende da capacidade de integração e mesmo de agregação dos respectivos espaços públicos ou de uso público, em termos das suas próprias actividades e da sua relação com os edifícios envolventes e próximos; e evidentemente não nos podemos esquecer que o entorno dos edifícios é também, em boa parte, o entorno dos espaços públicos urbanos.

#### b) Vizinhanças de proximidade integradas e integradoras dos seus edifícios

Muito do que se referiu sobre a importância da integração arquitectónica ao nível dos espaços públicos ou de uso público, tem aplicação directa quando consideramos o nível físico das vizinhanças urbanas, até porque o espaço público “por si só” tem pouca “validade” e, frequentemente, nenhuma sustentabilidade social e económica; isto porque o espaço público ou de uso público vive das relações, das transições, das proximidades vitalizadoras, das complementaridades entre interior e exterior e de uma perspectiva global que se radica na ideia de que devemos habitar, realmente, o interior doméstico e o exterior público. E o exemplo, pela negativa, de que não podemos considerar o espaço público “solto” dos “seus” edifícios é dado pelos tantos casos em que se faz uma espécie de sementeira aleatória de edifícios num exterior indiferenciado e tantas vezes deixado inacabado ou mesmo ao abandono.

Retomando a reflexão sobre a rua, como elemento fundamental do espaço urbano, importa sublinhar que ele é, por excelência, uma espécie de “espaço comum e a mais vital instituição humana numa cidade”, escreveu-o Louis Kahn (20), que, logo em seguida, acrescenta: “As fachadas dos edifícios ao longo das ruas pertencem-lhes, são as paredes da rua, espaço sem tecto”; e esta é uma noção fundamental para se perspectivar a importância e a capacidade real da integração física ao nível urbano e designadamente na constituição de vizinhanças e continuidades de vizinhanças globalmente marcadas pelo sentido cívico e da relação com a cidade central, pois qualquer rua tem em si a proposta de um percurso que leva a um sítio específico; e aqui, também, encontramos mais um elo de integração, neste caso com “sinal” superior, embora relativamente “invisível” na proximidade das vizinhanças.

Aqui, nestes diversificados caldos de cultura urbana e residencial, que marcam as mais diversas proximidades de vizinhanças, estamos no mundo dos limiares e das transições, no mundo “entre”, no mundo da relação, que há quem diga ser o principal motivo da concepção arquitectónica.

É assim, aqui, na “pele” do edificado, que é também a “pele” do exterior urbano coerente, que muito se joga, designadamente em termos de aspecto ou aparência pública e nos ricos espaços de transição urbana que são as espessuras e os filtros das fachadas que envolvem e caracterizam as vizinhanças de proximidade; afinal numa diversidade de espaços interrelacionados que são as zonas estratégicas da arquitectura, pois, como defende Roderick Lawrence, "em arquitectura as relações entre os espaços são fundamentais e as zonas em que se dinamizam tais relações são riquíssimas pois são, simultaneamente, de separação e de ligação, de diferenciação e de transição, de interrupção e de continuidade, de limite e de limiar." (21) Mas é aqui salutar lembrar que se a solução não responde bem neste registo de relações, fusões e limiares activos, então a solução global falha, porque não é íntegra nem se integra no respectivo contexto.

Destas matérias decorre, ainda, segundo Lawrence, e no trabalho citado, a função essencial da fachada: "A fachada de um edifício é um elemento de transição entre dois mundos; ela exprime a passagem de um lugar público a outro mais privado e, talvez, de um espaço profano a um espaço sagrado. A fachada pode separar e reunir. Algumas são permeáveis, outras revelam muito pouco do que abrigam: «elles sont parfois coupure et parfois couture». A definição dos limites, fronteiras e barreiras é uma característica importante do espaço arquitectónico" (22). E quando se trata de integração residencial e urbana pode-se imaginar a riqueza de soluções tipológicas globais e de soluções-mistas, que decorrem e podem decorrer do desenvolvimento desta perspectiva específica; e se o “problema” for a necessidade de uma exigente e inspirada pormenorização, isso não será um problema, mas sim um trunfo que é um ganho para a cidade e para os respectivos habitantes.

Como síntese de toda esta matéria que é, repete-se, fundação privilegiada da (re)invenção tipológica residencial, por misturas variadas e estimulantes entre espaços públicos e de uso público e edifícios tipologicamente variados, salienta-se a importância de uma perspectiva de grande integração no apuramento e desenvolvimento das soluções muito coesas de: tipologia de vizinhança próxima; tipologia edificada; e capacidade de integração específica em diversos sítios ou

situações. De certa forma, podemos afirmar que será de um adequado “jogo” de integração dos elementos componentes de uma dada solução urbana e residencial no conjunto dos elementos constituintes do respectivo quadro paisagístico preexistente, que poderá decorrer a positiva originalidade da respectiva solução tipológica; são esses e não outros dos dados desse jogo.

### c) Espaços edificados e/ou espaços de relação e de integração

Passo a passo, no “descascar desta grande cebola” do habitar urbano, lá voltamos outra vez ao miolo (do) edificado, desta feita lembrando o que acabou de ser referido sobre a grande unidade que é desejável desse edificado como constituinte de vizinhanças e continuidades urbanas, numa perspectiva que tudo tem a ver com a referida e bem fundamentada (re)invenção tipológica; mas o edificado tem, naturalmente, uma natureza própria em termos de aspectos de integração e relação, uma natureza que decorre da sua básica autonomia de “edifício”, que “nasce” num dado lote e que é delimitado pelo respectivo traçado desse lote; mas no entanto mesmo esta “segura e clara” delimitação poderá ser posta em causa, em favor do aprofundamento do interesse da cidade habitada, tal como se aponta em seguida.

Afinal, e tal como tão bem sintetiza Jean-Charles Depaule (1985) (23), o nosso mundo urbano «... *mais do que um mundo de paredes é um mundo de limiares ...*» (e podemos juntar: limiares feitos de paredes e entre paredes), e basta dizê-lo para entendermos a riqueza e a complexidade que desta forma se desenha em termos de capacidades e potencialidades de integração física; um verdadeiro reino privilegiado para a imaginação de quem projecta e naturalmente para a humanização do habitar. Mas cuidado, pois trata-se de um ambiente habitado e de uma cidade que se quer viva e bem perspectivada no futuro e não de uma “instalação” artística.

As fachadas podem separar e podem reunir, algumas são permeáveis, outras revelam muito pouco do que abrigam: «... *mais do que um mundo de paredes, um mundo de limiares ...*» como diz Jean-Charles Depaule (em “À Travers le Mur”, 1985) (24), e, podemos ainda juntar: um mundo de relações humanas.

Afinal, a definição de limites, barreiras e ligações/ou propostas de relações visuais e físicas é uma característica fundamental do desenho de arquitectura e é uma ferramenta essencial para a humanização e a residencialização dos espaços do habitar.

#### d) Espaços edificados integrados e integradores

Evidentemente, ao nos referirmos à qualidade da integração aplicada ao edifício residencial, temos de reflectir, um pouco, sobre esta matéria, no sentido de que cada edifício multifamiliar aqui é, também, uma espécie de grande quebra-cabeças/puzzle onde há que conjugar as unidades menores - fogos e espaços comuns de circulação. E esta é uma perspectiva que se inicia no bifamiliar até às grandes unidades caracterizadas por uma reforçada vivência comum.

O edifício multifamiliar, como “unidade”, tem um papel importante em termos da expressão evidenciada da sua presença íntegra, porque devidamente composta por diversos elementos uns mais materiais e outros mais imateriais, mas também em termos do seu potencial ou partido integrador dos respectivos fogos e espaços comuns. Nestas opções o resultado final andarà entre situações extremas de grande unidade do todo com reduzida evidenciação da presença dos respectivos fogos e espaços e elementos de circulação (e um exemplo expressivo deste partido é patente em muitos hotéis), ou de grande expressão orgânica e individualizada desses fogos e/ou desses espaços e elementos (um exemplo desta última opção é o conhecido “habitat de Montréal”).

Este amplo leque de opções em termos de expressão dos principais elementos constituintes de um edifício residencial multifamiliar encontra um termo mediano e globalmente muito adequado em soluções caracterizadas pela identificação fácil dos seus diversos fogos, com evidentes ganhos em termos de identidade e apropriação, e, simultaneamente, por uma expressão evidenciada e atraente da presença dos respectivos espaços comuns de acesso, que são assim tornados elementos agradavelmente explicativos e antecipadores da aproximação às habitações, mas também, em certos casos, verdadeiras extensões do espaço público contíguo, resultando, neste caso, numa relação muito estimulante e caracterizadora, embora indirecta, entre cada fogo e esse espaço público, o que resulta também em identidade e apropriação e numa “redução” do carácter do multifamiliar a uma espécie de agregação vertical de unidades “unifamiliares”.

Este tipo de reflexão pode e deve também ser feita partindo-se, agora, de agregações de unidades unifamiliares, num possível crescendo de agregação/unidade em que conjuntos de unifamiliares densificados (associados em banda contínua e costas com costas) e e/ou pequenos multifamiliares (por exemplo, bifamiliares com fogos sobrepostos), podem assumir uma forte unidade e presença urbana conjunta, a qual pode, mesmo, ter expressão ao nível de uma



estrutura comum.

De certa forma tratamos aqui de uma virtualidade integradora complexa, mas potencialmente muito estimulante em termos de imagens urbanas e residenciais produzidas e respectivos reflexos em termos de graduações de densidades, todas marcadas por um sentido de densidade vitalizadora; embora faltem estudos que clarifiquem e apontem exemplos sobre as possíveis opções tipológicas, que devem associar edifícios habitacionais e espaços de vizinhança, numa perspectiva de tipologia residencial urbanisticamente integrada, que é necessário explorar e que terá, sem dúvida, grande potencial de aplicação em acções de regeneração e preenchimento urbano, cada vez mais necessárias.

Embora o jogo das densidades tenha de ser feito ao nível das vizinhanças e considerando as respectivas continuidades urbanas, acontece que tem de ser resolvido ao nível do edifício e da respectiva pormenorização, que, aliás, tem de ser especificamente direccionada para se tornar essa densidade aceitável e mesmo estimulante.

E é da capacidade agregadora ou integradora dos edifícios relativamente às suas partes constituintes - designadamente: fogos, circulações, pátios, saguões, vãos e protecções de vãos, e elementos de ventilação - que podem resultar excelentes soluções edificadas em termos da sua capacidade de aceitação de densidades urbanisticamente vitalizadoras e visualmente atraentes.

Naturalmente que, tal como sucede em qualquer processo de projecto minimamente adequado e cuidadoso, terá de haver um ciclo de retroacção nas soluções pormenorizadas do edifício, relativamente às soluções globais do mesmo edifício e depois à respectiva vizinhança; ciclo este que será responsável por opções tipológica e urbanisticamente afinadas e residencialmente motivadoras.

#### e) A integração nas habitações

A integração arquitectónica ao nível doméstico pode ser considerada como a “mãe” de quase todas as opções e os caminhos de estruturação inicial e de (re)conversão dos respectivos espaços, instalações e equipamentos, pois, por exemplo, podemos integrar diversos espaços numa única unidade espacial e funcional, ou podemos desintegrar certas unidades existentes, reintegrando-as em outras unidades distintas; e por aí fora.

O mundo doméstico é, ainda, por natureza, um mundo integrado e integrador, marcado por espaços e elementos aglutinadores de atenção e de usos, servindo, assim, ao grupo familiar e circunscritamente convivial, mas também devendo proporcionar uma sua controlada desagregação em espaços e recantos individualmente apropriáveis.

Uma habitação deve ser, assim um espaço globalmente integrado/unificado, mas também, e agradavelmente, decomponível em outras pequenas unidades que sirvam partes do agregado familiar, pessoas, individualmente, e usos específicos e/ou ocasionais; devendo haver, assim, um potencial de relativa desintegração, que sirva a identidade e o carácter de cada um desses espaços mais elementares. E naturalmente que se seguirá ainda uma descida no grão da pormenorização doméstica, agora, mais ao serviço de acções muito específicas e especializadas, algumas das quais exigirão um adequado grau de estratégica desintegração, como será o caso de elementos cujo funcionamento possa afectar o bem-estar doméstico.

No mundo doméstico há, assim, que integrar de forma natural e espacialmente estimulante compartimentos, recantos e elementos funcionais, considerando, designadamente, para além do conhecido, embora sempre amplo e complexo, leque funcional “clássico”, as novas e renovadas tipologias domésticas ligadas, quer às múltiplas actividades de lazer hoje existentes (exemplo, cinema em casa), quer às exigências do trabalho profissional em casa e designadamente quando esta actividade obriga a receber pessoas estranhas ao agregado familiar, quer, mesmo, ao actual e afirmado afirmar/inventar de variadas formas de habitar com reflexos directos na organização e equipamento do espaço doméstico.

Em tudo isto e de modo a podermos encarar a enorme variedade de soluções domésticas com algum sentido de estruturação, visando-se, designadamente, o projecto de habitações integradas em edifícios multifamiliares, há modelos básicos tipológicos que estão desde há muito radicados na nossa forma de viver a habitação, sendo que o seu estudo é urgente no sentido de podermos daí retirar aspectos práticos de capacidade de adaptação a múltiplas formas de habitar e à mudança dos modos de habitar ao longo dos tempos.

Nesta perspectiva aponta-se, a título de exemplo muito significativo, a grande lição da casa-pátio; uma lição que é crucial pois esta é uma tipologia

ambivalente, servindo o mundo doméstico e o mundo urbano, sendo portanto uma daquelas soluções tipológicas que fazem realmente cidade, para além de servirem uma grande variedade de formas de habitar domésticas; uma matéria de grande interesse histórico e actual (devido a aspectos de densificação e de intervenção em zonas urbanas e habitacionais informais), aliás reconhecido em vários estudos recentes.

Um desses estudos é de Martí Aris (25), que nos indica que, desde o Japão ao México, e desde, provavelmente, há mais de 10.000 anos até aos dias de hoje, o pátio tem sido a ideia-base de boa parte dos nossos mundos domésticos e, à escala urbana, dos nossos mundos públicos; e, nesta perspectiva, podemos reflectir que talvez não tenhamos sabido lidar com o pátio doméstico como devíamos, pois o pátio para além de proporcionar fortes relações com a habitação individual, mas também com as pequenas e estruturantes agregações vicinais, é um elemento de composição com uma grande força integradora capaz de associar, numa grande diversidade de soluções, o sentido do espaço urbano, o sentido do espaço mais privado e mesmo o próprio sentido de uma natureza “capturada”, mas efectiva e afectiva.

A importância das “estruturas” organizativas de fogos e de edifícios na expressão integradora do edifício residencial não se limita, evidentemente, à casa pátio, mais chã ou mais “aterraçada” e aqui apontada um pouco a título de exemplo, por ser uma das mais antigas tipologias domésticas “trabalhadas”, ela prolonga-se, por exemplo, por toda a grande família de edifícios com galerias e “ruas” elevadas, para não falar até dos grandes “quebra-cabeças” tridimensionais dos quais o “Habitat” de Montreal é o exemplo. Bastará comentar que, aqui, os únicos limites serão, como habitualmente, a imaginação e o orçamento disponíveis, bem como o bom senso de uma estreita adequação aos moradores prováveis e às situações físicas, urbanas e ambientais específicas; e não tenhamos dúvidas que podemos manejar densidades urbanas com tais tipos de soluções, enquanto actuamos quer em aspectos estimulantes de imagem urbana, quer em aspectos associados à apropriação de proximidades e espaços domésticos, numa mistura, ela própria, muito estimulante.

E assim será talvez possível associar, por exemplo, alta densidade, equilibrada sensação de recinto e de demarcação espacial, intimidade e recolhimento, ou desenvolver verdadeiras ruas elevadas que dão acesso a fogos duplex com apropriáveis pátios dianteiros, neste último caso numa estimulante evocação,

equilibradamente dramática e humanizada, do unifamiliar num forte quadro de habitação colectiva densificada, tal como é apontado por Robert Stern (26), numa referência directa a um projecto de Davis Brody para Riverbend em Manhattan.



Fig. 09

### **9. Carácter e importância específica da integração**

A integração, considerada em termos de qualidade arquitectónica, é pouco quantificável, sendo, no entanto, extremamente objectiva na sua respectiva possibilidade de análise e determinante para a qualificação arquitectónica de um dado núcleo urbano e residencial.

Coerência urbana e natural, equilíbrio de escalas edificadas, harmonia de espaços exteriores, adequada previsão de equipamentos e mobiliário urbano são, entre outros, aspectos claramente observáveis e que desde sempre integraram, pelo menos, as intenções de quem projecta, pontuando, quase sem excepção, as partes escritas dos projectos.

Mas fazer integração real e valorizadora de cada sítio de intervenção e do seu carácter é tarefa complexa que exige aprofundamento dos seus aspectos principais e mais operacionalizáveis. E a escala da própria intervenção, do edifício isolado ao grande bairro, é, aqui, um aspecto “chave”, considerando-se

que, quanto maior mais difícil será, até porque haverá cada vez mais elementos a integrar mútua e sucessivamente, e este é um aspecto que salienta a relação entre a integração e a expressão de uma certa e evidenciada/equilibrada escala humana.

Esta última relação é, frequentemente, motivo de criação de soluções que aliam a integração paisagística com a capacidade de atracção e o potencial de convivialidade, tal como refere Robert Stern, sobre o que foi feito no Sea Ranch (próximo de São Francisco), onde ficou evidente a capacidade de Charles Moore (mais Lyndon, Turnbull e Whitaker) no projecto de “uma imagem unificada” (tendo por base edifícios unifamiliares isolados “estilo cabana”); que «... *demonstra o desejo de muitos de prescindirem de algo em benefício da comunidade,*” onde “*se juntaram (e não se acumularam ou agruparam simplesmente) unidades de condomínio individual para formar um único edifício, suficientemente atrevido para se destacar na costa, ainda que com a precisa diversidade das suas partes componentes internas e externas para dar satisfação às genuínas necessidades de expressão e identificação de cada uma delas... o conjunto vive de uma forte ligação com um espaço exterior abrigado e aberto à paisagem... as unidades agrupam-se em torno a um pátio, mas os planos mais do que construir uma figura geométrica fechada, entrecortam-se para produzir torres que se projectam e têm uma complexidade episódica.*» (27)

A integração constitui-se, assim, frequentemente, numa qualidade-chave na concepção do complexo de espaços exteriores, comuns, públicos ou de uso público, mas importa salientar que é de uma adequada implantação dos edifícios e até, por vezes, de certas soluções de integração dos fogos nos edifícios, que resulta boa parte do interesse da conjugação entre o edificado e os espaços públicos contíguos.

Outro aspecto a reter na integração refere-se às opções de congregação dos fogos que, tal como no exemplo que foi dado acima (Sea Ranch), geram soluções edificadas fortemente orgânicas e eventualmente respondendo a opções de projecto específicas: por exemplo, em variantes de acesso directo entre os fogos e o exterior comum ou público.

Serão, talvez, estes os temas que, com mais frequência, marcam a matéria da integração arquitectónica do habitar, em termos urbanos e paisagísticos, e que, portanto, constituem a sua principal natureza. Mas há, no entanto, uma matéria

específica, a da integração da arte no espaço urbano e na componente pública ou comum do espaço edificado, que merece também uma atenção específica, embora particularizada, neste jogo de desejáveis integrações e caracterizações.

Do mundo doméstico, ao público, passando pelo comum, deveria haver sempre lugar para a introdução de arte; pois a experiência artística foi mesmo um dos sinais de humanidade que, cumulativamente, tem toda uma carga essencial de identidade e de potencial de apropriação.

A questão do custo de tal integração não se coloca pois é perfeitamente possível a realização de obras com meios financeiros equilibrados, porque caracterizadas por volumetrias racionais e simples e utilizando técnicas construtivas e de acabamento bem conhecidas e garantidas em termos de resultado final e durabilidade, como fica provado nas intervenções que marcam muitos edifícios de habitação de interesse social realizados entre 1960 e 1965 em Olivais Norte - Encarnação, Lisboa; mas atenção que fazer assim "simples", habitação com áreas interiores reduzidas, resultando em imagens finais urbanas muito positivas e numa satisfação dos habitantes que parece estar plenamente provada em meio século de vivência, não está ao alcance de uma concepção arquitectónica menos qualificada ou mesmo mediana, mas a aplicação de fundos públicos no apoio a este tipo de promoção habitacional deveria exigir, por regra, um projecto/obra excelente.

#### **10. Notas de reflexão sobre a integração arquitectónica residencial**

Em termos de reflexão geral apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

Sobre a matéria da ligação entre integração, humanização e edificação, e com uma perspectiva de lançar ideias para posterior desenvolvimento, fazem-se, em seguida, quatro citações de "Da Organização do Espaço", de Fernando Távora: (28)

*»A cidade contemporânea atinge assim uma forma dominadora, uma escala visual cujo domínio o homem não pode controlar... E no seu crescimento incontrolado arrasa tudo, desde a paisagem natural até ao próprio homem que a cria ...» (p. 35).*

*«Portugal é dotado de belíssimos sítios naturais e os nossos passados deixaram-nos excelentes lições quanto ao equilíbrio sítio-edifício, mas em face dos crimes*

*que vemos cometerem-se aqui e ali contra a paisagem, não será difícil concluir que tal sentimento de equilíbrio abandonou os nossos contemporâneos pois que, de um modo quase geral, quando um edifício de hoje se instala num sítio, perdem-se um e outro por ausência de relações correctas entre ambos ...» (p. 59).*

*«Projectar, planear, desenhar devem significar encontrar a forma justa, a forma correcta... projectar, planear, desenhar não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido...» ( p. 74).*

Em termos dos desenvolvimentos considerados mais interessantes nestas matérias da integração urbana e residencial, salientam-se os seguintes temas de estudo.

Desde a cidade contemporânea, na sua dimensão e no seu tempo pouco controláveis, à ausência de estima por excelentes paisagens preexistentes, ao completo desrespeito por esses quadros paisagísticos e à ignorância sobre o que deve significar um bom projecto, ficamos com três temas vitais para reflexão.

Quais os factores que poderão ser considerados prioritários numa perspectiva de melhoria gradual das nossas paisagens urbanas e naturais e quais as ferramentas de projecto e práticas que poderão garantir resultados equilibradamente rápidos e duradouros?

Até que ponto é que as preocupações de integração devem aceitar a expressão da contemporaneidade? Uma questão que é ciclicamente recolocada nos mais diversos contextos.

E o que deverá corresponder, objectivamente, a uma preocupação de integração ou reintegração urbanística e/ou paisagística? Facetas de imagem urbana? Facetas essencialmente funcionais? Facetas historicamente baseadas? Facetas paisagística e/ou ambientalmente fundamentadas? Facetas socioculturalmente baseadas, privilegiando, modos de habitar específicos e/ou o melhor habitar? E ainda facetas relativas à dinamização da vida urbana, que é hoje em dia crucial? Naturalmente que a boa resposta é: misturas de todas estas facetas; mas é uma resposta que pouco ajuda na acção prática, pois há que decidir, previamente, e, depois, avaliar, posteriormente.

Finalmente e como comentário conclusivo, foi aqui a florada a questão da

reintegração urbanística, que parece ser, actualmente, um tema de primeira linha, seja nos centros desvitalizados das cidades e povoações, seja em periferias pouco ou nada estruturadas e ainda menos vivas. A reintegração urbanística é uma matéria urgente e sensível, que, afinal, joga com todos os elementos abordados na boa integração e de que aqui se falou, mas usando-os *a posteriori*, procurando cerzir, preencher, compatibilizar, suavizar, camuflar, religar, revitalizar e caracterizar, vizinhanças, conjuntos e edifícios relativamente isolados, que nunca estiveram realmente integrados em termos urbanos e paisagísticos, ou que se foram desintegrando ao longo do tempo. Mas esta é uma matéria que merece, naturalmente, atenção específica e aprofundada.

### Notas bibliográficas

- 1 Robert Venturi, “Complexidade e contradição/ambiguidade em arquitectura”, p. 50.
- 2 Marguerite Yourcenar, “Memórias de Adriano”, Lisboa, Ulisseia, col. Clássicos da Literatura Contemporânea, trad. Maria Lamas, 2002 (1974), p. 101.
- 3 Gonçalo Ribeiro Telles, “O jardim de Sophia”, Público, Mil Folhas , 10 Julho 2004.
- 4 Inês Moreira dos Santos e Rui Barreiros Duarte (entrevistadores), “Estruturas de mudança - entrevista com Gonçalo Byrne”, Arquitectura e Vida, n.º 49, 2004, p. 44 a 51.
- 5 Robert Stern, “Nuevos Caminos de la Arquitectura Norteamericana, Barcelona”, 1969 (1968), p.37.
- 6 Michael Laurie, “Introducción a la arquitectura del paisaje”, 1983 (1975), p. 176 e 177.
- 7 Robert Stern, “Nuevos Caminos de la Arquitectura Norteamericana”, 1969 (1968), p.128, cita Paul Friedberg, citado por Mildred Schwerts em “Designing the Spaces in Between”, Architectural Review, Março, 1968.
- 8 Adrian Buttlar, “Jardines del Clasicismo y Romanticismo”, trad. Gil Aristu, Luis Año, 1993.
- 9 Carlos Balsas, “Chicago: um século de planeamento visionário - arte pública e ecologia”, Urbanismo, n.º 13, 2002, p. 7 a12.
- 10 Charles Moore, Gerard Allen, Donlyn Lyndon, La casa: forma y diseño, p.258.
- 11 Tony Hiss, “The experience of place: a new way of looking at and dealing with our radically changing cities and countryside”, 1991.
- 12 Robert Stern citando Donlyn Lyndon, “Nuevos Caminos de la Arquitectura Norteamericana”, 1969.
- 13 Gerard Bauer, “Un Urbanisme pour les Maisons”, Paris, 1979.



- 14 Bernard Aubert e Martine Caillaud, "La Loi SRU en 90 questions", 2003.
- 15 Frederic Felix, "Lotissement dense: l'expérience anglaise", 2001; AAVV, "Habitat pluriel: densité, urbanité, intimité", Paris, PUCA, Appel d'offres de recherche, 2005.
- 16 Francesc Peremiguel, et al., "Habitat: innovació i projecte, necessitats, noves tecnologies, estratègies projectuels", 2000, p.105.
- 17 Texto de Christian Norberg-Schulz, no Prefácio ao seu "Meaning in Western Architecture", 1986.
- 18 Yves Lyon, arqº ligado à nova escola de arquitectura de Marne-la-Vallee, designada, bem a propósito, "da cidade e dos territórios."
- 19 Rui Barreiros Duarte (entrevistador), "Acupuntura urbana - entrevista com Jaime Lerner", Arquitectura e Vida, n.º 39, 2003, p. 38 e 43.
- 20 Louis Kahn, "O que é a Arquitectura? (Harmony Between Man and Architecture)", p. 125.
- 21 Roderick Lawrence, "L'Espace Domestique - Typologie et Vécu", Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. LXXII, 1982.
- 22 Id. Ibid.
- 23 Jean-Charles Depaule, "À Travers le Mur", 1985. p 11.
- 24 Jean-Charles Depaule, "À Travers le Mur", Col. Alors, Centre de Création Industrielle, 1985, p.11.
- 25 Carles Martí Aris, "Patio e casa", 1997.
- 26 Robert Stern, "Nuevos Caminos de la Arquitectura Norteamericana", 1969 (1968), p. 94 e 95.
- 27 Robert Stern, "Nuevos Caminos de la Arquitectura Norteamericana", 1969 (1968), p. 71 a 73.
- 28 Fernando Távora, "Da organização do espaço", 1999 (1962).

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [housing quality](#), [integration](#), [integração](#), [qualidade arquitectónica](#), [qualidade arquitectónica e satisfação residencial](#)

**Editor: António Baptista Coelho**

**Edição de José Baptista Coelho**

**Lisboa, Encarnação - Olivais Norte**

**Infohabitar, Ano VII, n.º 367, 30 de Outubro de 2011**